

## **FUNÇÕES E TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA AO LONGO DA HISTÓRIA**

**Marlene Aparecida Wischral Simionato\***  
**Raquel Gusmão Oliveira\*\***

Profissionais das mais diversas áreas têm focalizado a família como objeto de estudo a partir da constatação de que ela desempenha papel fundamental no desenvolvimento e manutenção da saúde e no equilíbrio emocional de seus membros. Que a complexidade dos fatores que interferem na sua manutenção e perpetuação, requerem que todos aqueles que procuram focalizá-la em seus estudos ou trabalhos, tenham em mente que ela deve ser compreendida historicamente, e de acordo com as suas especificidades.

O primeiro passo a ser dado, para que o profissional conheça a realidade e as necessidades da família e possa realizar um trabalho mais coerente, é a reflexão acerca de conceitos e concepções.

O conceito de família pode ser considerado até certo ponto subjetivo, pois depende de quem a define, do contexto social, político e familiar em que está inserido.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco na evolução do conceito de família, ao corporificar o conceito de Lévy-Brul, de que o traço dominante da evolução da família é sua tendência a se tornar um grupo cada vez menos organizado e hierarquizado e que cada vez mais se funda na afeição mútua (GENOFRE, 1997).

A família é um sistema no qual se conjugam valores, crenças, conhecimentos e práticas, formando um modelo explicativo de saúde-doença, através do qual a família desenvolve sua dinâmica de funcionamento, promovendo a saúde, prevenindo e tratando a doença de seus membros (ELSEN, 2002).

Família também pode ser conceituada como uma unidade de pessoas em interação, um sistema semi-aberto, com uma história natural composta por vários estágios, sendo que a cada um deles correspondem tarefas específicas por parte da família (BURGENS; ROGERS apud ELSSEN, 2002).

A partir das diversas concepções de família e de nossa própria vivência familiar, entendemos família como um sistema inserido numa diversidade de contextos e constituído por pessoas que compartilham

---

\* Psicóloga, Profa. do Departamento de Psicologia – UEM; Mestranda em Ciências da Saúde – UEM.

\*\* Enfermeira, Especialista em Saúde Pública, bolsista do CNPq do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciências da Saúde – UEM.

sentimentos e valores formando laços de interesse, solidariedade e reciprocidade, com especificidade e funcionamento próprios.

Os conceitos podem ser diversos, mas um ponto comum é que a união dos membros de uma família, com ou sem laços consangüíneos, se dá a partir da intimidade, do respeito mútuo, da amizade, da troca e do enriquecimento conjunto.

Através dessa relação é que se desenvolve a *cultura familiar*, definida por Elsen (2002) como um conjunto próprio de símbolos, significados, saberes e práticas que se define a partir das relações internas e externas à família, e que determina seu modo de funcionamento interno e a maneira como a família desenvolve suas experiências e interações com o mundo externo. Essas experiências caracterizam-se pelas ações e interações presentes no núcleo familiar e direcionado a cada um de seus membros com o intuito de alimentar e fortalecer seu crescimento, desenvolvimento, saúde e bem-estar.

No contexto dinâmico, complexo e singular que é o da família, o *diálogo* é destacado por Andrade (2001) como essencial no compartilhar de experiências, conhecimentos, sentimentos e necessidades, tanto da família em seu conjunto e de seus membros em particular, quanto da relação destes com aquele que se dedica a estudar a família mais de perto. Althoff (2002) salienta que as conversas familiares representam a oportunidade que as pessoas têm de expressar sua individualidade, trocar experiências e fixar valores e crenças comuns.

Assim, a despeito das definições ou classificações que as famílias recebem, um ponto importante a se considerar é que esta é uma realidade, que está viva, e que como todo ser vivo necessita ter saúde para assim permanecer. Mais do que uma idéia ou conceito, a família tem materialidade na convivência entre seus membros. Como processo contínuo de abstração e concretude, ela é a unidade essencial do viver humano, através da qual, ora como pano de fundo, ora como determinante explícito, vão sendo tecidas as especificidades de seus membros.

Neste trabalho procuramos realizar uma reflexão sobre o tema família, abordando algumas transformações que ela vem passando historicamente, relacionadas com as mudanças estruturais da sociedade. Tendo em vista que essas transformações afetam a dinâmica de funcionamento da família, as relações entre os seus membros e o desempenho dos diversos papéis sociais no seu interior, determinam, em diferentes momentos históricos, a função da família na sociedade.

### **A Família ao Longo da História**

Ao estudar as fases clássicas da evolução da cultura, Engels (1982) assinala três grandes estágios: *Estado Selvagem*, em que predomina a apropriação dos produtos naturais prontos para a utilização; *Barbárie*, quando aparecem a agricultura e a domesticação dos animais e, conforme

avançam as formas do trabalho humano, incrementa-se a produção dos recursos da natureza; e *Civilização* que corresponde ao período da indústria, à elaboração cada vez mais complexa dos produtos naturais e ao surgimento das artes. Desde os tempos pré-históricos, a evolução da família consiste, segundo o autor, numa redução constante do círculo em cujo interior predomina a comunidade conjugal entre os sexos, círculo este que originariamente abarcava a tribo inteira.

Ao Estado Selvagem, considerado como *infância do gênero humano* corresponderia a estruturação por grupos onde cada homem pertencia a todas as mulheres e cada mulher pertencia a todos os homens. À Barbárie, corresponderia a família sindiásmica, caracterizada pela redução do grupo a sua unidade última que é o par, ou seja, o casal. Finalmente, no estágio da Civilização, o modelo correspondente é o da monogamia, que se baseia no domínio do homem e cujo objetivo expresso é o de procriação dos filhos e a preservação da riqueza através da herança. Historicamente, as culturas grega e romana traduzem com bastante severidade a forma de organização da família monogâmica. Esta forma foi a primeira que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e representou concretamente o triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente (ENGELS, 1982).

A família sofre fortes influências políticas, econômicas, sociais e culturais, ocasionando mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como alterando sua estrutura no que diz respeito à composição familiar. Graças a sua grande capacidade de ajustar-se às novas exigências do meio, a família tem conseguido sobreviver, a despeito das intensas crises sociais. Ela é ainda a matriz mais importante do desenvolvimento humano e também a principal fonte de saúde de seus membros. Apesar de todas as mudanças sociais, culturais e econômicas que alteraram a estrutura da família, alguns autores como Costa (1983), Grunspun (1990) e Samara (1983) apontam um futuro promissor para as relações intrafamiliares.

A compreensão de Singly (2000) sobre a família contemporânea é de que ela é, ao mesmo tempo e paradoxalmente, *relacional* e *individualista*. De acordo com a autora, é na tensão entre esses dois pólos que se constroem e se desfazem os laços familiares contemporâneos, onde cada um busca a fórmula mágica que lhe permita ser *livre junto*; onde o ideal é a alternância entre um *eu sozinho* e um *eu com*.

Essa família caracteriza-se como um grupo regulado pelo amor, no qual os adultos estão a serviço do grupo e principalmente das crianças. De acordo com a autora, os modelos familiares contemporâneos seguem a mesma perspectiva, na medida que a lógica do amor se impôs ainda mais: os cônjuges só ficam juntos sob a condição de se amarem; os pais devem dar ainda mais atenção às crianças.

Atualmente as famílias se distinguem pela ênfase que dão ao processo de individualização. O elemento central não é mais o grupo reunido, mas os membros que a compõem. A família se transforma em um espaço privado a serviço dos indivíduos. Razão porque a família é designada pela autora como “relacional e individualista”. Prado (1996) afirma que vivemos uma era narcísica em que predomina a individualidade; o casamento, no lugar de compromissos, obrigações e saber ceder, pode se tornar uma maneira de auto satisfação, um meio para se ter vantagens próprias apenas.

### **Algumas Transformações**

Significativas mudanças ocorreram na sociedade brasileira. Sua transformação de sociedade rural, na qual predominava a família patriarcal e fechada em si mesma, para uma sociedade de bases industriais com as suas implicações de mobilidade social, geográfica e cultural acarretou transformações igualmente marcantes na estrutura do modelo tradicional de família.

O século XX foi cenário de grandes transformações na estrutura da família. Ainda hoje, porém, observamos algumas marcas deixadas pela suas origens. Da família romana, por exemplo, temos a autoridade do chefe da família, onde a submissão da esposa e dos filhos ao pai confere ao homem o papel de chefe. Da família medieval perpetua-se o caráter sacramental do casamento originado no século XVI. Da cultura portuguesa, temos a solidariedade, o sentimento de sensível ligação afetiva, abnegação e desprendimento (RIGONATTI, 2003).

Em todo o mundo, o conceito de família nuclear e a instituição casamento intimamente ligada à família, passaram por transformações. A expressão mais marcante dessas transformações ocorreu no final da década de 60: cresceu o número de separações e divórcios, a religião foi perdendo sua força, não mais conseguindo segurar casamentos com relações insatisfatórias. A igualdade passou a ser um pressuposto em muitas relações matrimoniais.

A partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas “produções independentes” tornam-se mais freqüentes; e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos.

Chegamos ao século XXI com a família pós-moderna ou pluralista, como tem sido chamada, pelos tipos alternativos de convivência que apresenta.

Peixoto e Cicchelli (2000) assinalam que nas últimas décadas falou-se muito a respeito da *crise* da família, numa alusão à baixa taxa de fecundidade, ao aumento da expectativa de vida e, conseqüentemente, à crescente proporção da população com mais de 60 anos. Além disso, os autores também aludem ao declínio do casamento e da banalização das separações como fatores constituintes da tal "crise".

Os autores afirmam que o que caracteriza esse processo a que se chama de crise, não é propriamente o enfraquecimento da instituição família, mas o surgimento de novos modelos familiares, de novas relações entre os sexos, numa perspectiva igualitária, mediante maior controle da natalidade, e a inserção massiva da mulher no mercado de trabalho, entre outros aspectos.

Senna e Antunes (2003) apontam que a composição das famílias brasileiras, especialmente nas últimas três décadas, vem passando por várias alterações, do ponto de vista demográfico, e embora tais alterações ocorram de forma diferenciada nas diversas regiões do país, algumas ocorrem de forma mais ou menos similar, como a redução da natalidade e o aumento da longevidade das pessoas. As autoras assinalam que as famílias vêm se tornando menores, e com um número maior de idosos em sua composição, com prevalência de doenças crônicas e de problemas decorrentes do processo de envelhecimento.

Nas famílias das camadas mais empobrecidas da população a realidade de composição familiar é bem diferente do modelo tradicional de família nuclear, onde o pai é o provedor, a mãe cuida da casa e os filhos estudam. De acordo com as autoras, elevou-se o número de núcleos familiares compostos apenas por mulheres e seus filhos menores, e também o número de indivíduos e mesmo de famílias moradores de rua (SENNA; ANTUNES, 2003).

Muitas famílias têm vivido situações especiais de risco, com doenças, desemprego, conflitos conjugais intensos, envolvimento em atividades ilícitas e problemas com a polícia, dependência de drogas, distúrbios mentais, etc, que as tornam incapazes de articular minimamente os cuidados de seus membros, e por isso necessitando atenção diferenciada do Estado para garantir os direitos de cidadania das crianças, idosos e deficientes físicos ali presentes (VASCONCELOS, 1999).

Nas regiões urbanas brasileiras, tem se observado que o núcleo familiar tende a ser um tanto diferente daquele descrito por estudos clássicos sobre o ciclo de vida familiar, tal como em Ceverny e Berthoud (1997). Em tais regiões, o núcleo familiar é predominantemente composto por várias gerações, como uma forma de melhor enfrentar as dificuldades financeiras. Os filhos adultos, mesmo quando constituem suas próprias famílias, continuam compartilhando o habitat original, somando rendimentos com o objetivo de baratear os custos com a habitação e garantir melhores cuidados às crianças e a outros dependentes que não participam

ativamente no mercado de trabalho, como os adolescentes, os idosos, os desempregados e os deficientes.

### **Suas Funções**

Atualmente, porém, a família parece ser mais influenciável do que influente. Foi com o movimento higienista do século XIX, que ela começou a perder a sua capacidade de cuidar da saúde e educação de seus membros, tornando-se bastante dependente dos profissionais da saúde e da educação.

Costa (1983) aponta que as famílias vêm, há tempos, vivendo conflitos internos e dificuldades sócio-econômicas que conferem pouca credibilidade em seu poder de ação. Acabam ficando a mercê dos doutores do conhecimento, não porque lhes falte potencial ou boa vontade, mas porque são subestimadas.

Na tradicional divisão de tarefas dentro do lar ocorrem modificações importantes: com o trabalho fora de casa, decorrente da inserção feminina no mercado de trabalho, o tempo da mulher para o cuidado dos filhos foi diminuindo e o homem foi mudando seu espaço no interior da família, assumindo inclusive tarefas antes tipicamente femininas. A mulher torna-se mais competente no trabalho, autônoma e competitiva, ao mesmo tempo em que o homem aprende a ser mais cuidadoso e cuidador nas relações.

Essas alterações nos papéis sociais levaram a adaptações dos homens e das mulheres, não sem relutância de ambas as partes, pois da mesma forma que foi difícil para o homem abandonar o papel de senhor absoluto do modelo tradicional de família, para a mulher foi penoso abrir mão do papel de rainha do lar, frágil e submissa, ao qual estava secularmente acostumada, e do qual comumente angariava algumas vantagens secundárias, numa espécie de poder paralelo no mundo privado.

Neste panorama, as mulheres desempenham papel importante na manutenção da vida cotidiana do grupo familiar exercendo, além do trabalho doméstico, o preparo e manutenção dos alimentos, confecção do vestuário, a procura por preços mais baixos para as compras, na tentativa de contribuir na diminuição dos gastos. Somado a tudo isto, a mulher participa no orçamento familiar com trabalho remunerado realizado dentro ou fora do lar, o que potencializa a sobrecarga física e psíquica e os conseqüentes agravos à saúde da mulher.

Por esta experiência diferenciada da mulher no manejo das atividades do lar, esta passa a ter, quando idosa, um papel mais definido no grupo familiar, diferentemente do gênero masculino. Daí a importância de se levar em conta a questão de gênero na análise das relações familiares, quando a abordagem inclui o idoso. No caso do homem, quando idoso, a perda dos papéis anteriormente exercidos, como por exemplo, a provisão do sustento e a defesa da moral da família acarretam uma certa inadequação familiar, o

que tem um forte impacto na auto-estima e pode ser fonte de estresse e outros danos à saúde.

O conceito de gênero se faz importante quando se estuda a família, pois, torna possível uma compreensão renovada e transformadora das diferenças e desigualdades entre mulheres e homens; na medida em que pode ampliar o conhecimento para além das diferenças individuais, salientando as interações sociais que influem nos resultados educativos e ocupacionais, entre tantos outros. A visão de gênero como construção cultural e histórica implica em que se considere o sistema social de gênero, ou seja, o conjunto de categorias e arranjos simbólicos através dos quais a sociedade transforma um macho em homem e uma fêmea em mulher, em como transforma a biologia sexual em produto da atividade humana (STREY, 2001).

Na estrutura familiar, as crianças são os membros mais vulneráveis às situações de conflitos no grupo e, neste sentido, estão mais expostas que os demais, justamente por não ter autonomia e capacidade plena de defesa e resolução. Com relação aos adolescentes, a situação é praticamente a mesma, com o agravante de que, muitas vezes, eles são depositários de expectativas e esperanças de ascensão do grupo familiar, sofrem com a frustração destas expectativas, tanto pelo contexto familiar de sobrevivência, como pelo contexto de possibilidades de inserção social.

A família se apresenta como mescla de conformismo às exigências sociais e como forma fundamental de resistência contra essa mesma sociedade. Mantém a subordinação feminina e dos filhos, mas protege mulheres, crianças e velhos contra a violência urbana; cria condições para a dominação masculina, mas garante aos homens um espaço de liberdade contra sua subordinação no trabalho; conserva tradições, mas é o espaço de elaboração de projetos para o futuro, é não só núcleo de tensões e de conflitos, mas também o lugar onde se obtém prazer (CHAUÍ, 1986).

Diante da sociedade tão desigual em que vivemos, é possível encontrarmos famílias com laços afetivos e estabilidade econômica definidos, famílias sem recursos assistenciais ou direitos sociais, famílias nucleares por conveniência ou sobrevivência, características estas que, segundo Santana e Carmangnani (2001), devem ser entendidas e analisadas de forma a compreender as transformações e significados das relações familiares.

### **Considerações Finais**

Como vimos, importantes modificações têm ocorrido na estrutura da família, conforme se transforma a sociedade nas diferentes maneiras de produzir materialmente a vida dos homens.

Com a discussão panorâmica que ora apresentamos em torno da temática, quisemos enfatizar as diferentes concepções sobre família que circulam na sociedade, face a multiplicidade de estudos e áreas do conhecimento que se debruçam sobre a instituição familiar.

Tomamos como ponto relevante para o presente estudo a concepção que temos de família, enquanto sistema relacional inserido numa diversidade de contextos e constituído por pessoas que compartilham sentimentos e valores, formando laços de interesse, solidariedade e reciprocidade, com especificidade e funcionamento próprios.

Todavia, nossa concepção não difere da de outros autores como Elsen, Marcon e Althoff (2002) e de Peixoto (2000), pois que para estes a família é entendida como unidade social bastante complexa, como um sistema articulado de valores, crenças, conhecimentos e práticas, como espaço físico e psicológico relevante ao processo de socialização e humanização de seus membros.

Assim, acreditamos que a família desempenha papel fundamental não só na relação com seus membros enquanto “lócus” de afiliação e/ou de reafiliação social dos mesmos, mas também na relação com o Estado, na perspectiva de instituição social decisiva ao desenvolvimento do processo de integração/inclusão social de seus membros.

Através do incentivo à construção da autonomia e independência de seus membros, a família estará, de acordo com Cicchelli (2000), favorecendo a formação de um indivíduo capaz de organizar sua própria vida e responsabilizar-se por suas relações sociais, e fortalecendo a manutenção de laços afetivos já existentes, bem como a formação de novos laços.

A família estará, desta forma, na compreensão de Sasaki (1997), exercitando e difundindo conceitos inclusivistas, ou seja, valores que defendem a integração/inclusão do indivíduo sob todos os aspectos, independentemente da sua cor, sexo, idade, etnia.

## Referências

ALTHOFF, C. R. Delineando uma abordagem teórica sobre o processo de conviver em família. In: ELSÉN, I; MARCON, S. S.; SANTOS, M. R. dos (Orgs.). **O viver em família e sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduem, 2002, p.25-43.

ANDRADE, O. G. **Suporte ao sistema familiar do idoso com acidente vascular cerebral a partir de uma perspectiva holística em saúde**. 2001. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem da USP- Ribeirão Preto.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- COSTA, J. F. **Ordem Médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal. 1983.
- ELSEN, I. Cuidado familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual. In: ELSEN, I; MARCON, S. S.; SANTOS, M. R. dos (Orgs.). **O viver em família e a sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduem, 2002, p.11-24.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRÜNSPUN, H. E. **Casamento e acalanto**: como se tecem as relações familiares. São Paulo: Marco Zero. 1990.
- GENOFRE, R. M. **Família**: uma leitura jurídica. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.
- GRUNSPUN, H. E. **Casamento e acalanto**: como se tecem as relações familiares. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- MARCON, S. S. Criando os filhos e construindo maneiras de cuidar. In: ELSEN, I; MARCON, S. S.; SANTOS, M. R. dos (Orgs.). **O viver em família e sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduem, 2002. p.45-76.
- PEIXOTO, C. E.; CICCHELLI, V. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CICCHELLI, V. (Orgs.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.7-11.
- SAMARA, E. M. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense. 1983.
- RIGONATTI, S. P. et al. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica, 2003.
- SAMARA, E. M. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTANA, M. L.; CARMAGNANI, M. I. Programa Saúde da Família no Brasil: um enfoque sobre seus pressupostos básicos, operacionalização e vantagens. **Saúde e Sociedade**, v.10, n1. jan./jul. 2001.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SENNA; ANTUNES. Abordagem da família (a criança, o adolescente, o adulto, e o idoso no contexto da família). **Manual de enfermagem**. Disponível em: <<http://www.ids-saúde.org.br/enfermagem>>. Acesso em: 27 jan. 2003.
- SINGLY, F. de. O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CICCHELLI, V. (Orgs.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.13-19.

STREY, M. N. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VASCONCELOS, E. M. A priorização da família nas políticas de saúde. **Saúde Em Debate**, v.23, n.53, p.6-19, 1999.

---

**Endereço para correspondência:**

Universidade Estadual de Maringá  
Departamento de Psicologia  
Av. Colombo, 5790 – Jardim Universitário  
CEP: 87020-900 Maringá-PR